



República de Moçambique
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

SEMINÁRIO CAPACITAÇÃO DE FORMADORES DOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMAS TRANSVERSAIS SUA INCORPORAÇÃO NOS PLANOS DE AULAS

UNIÃO PREMATURA

Maio, de 2024



União- Enquadramento Legal!

- A Lei da Família, aprovada em 2004 (Lei nº 10/2004), define o casamento como: “a união voluntária e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir família, mediante comunhão plena de vida (Artigo 7, Noção de casamento).



Na Lei da Família, por exemplo, a idade núbil é fixada em 18 anos para os dois sexos, embora se possam fazer exceções que autorizem o casamento a partir dos 16 anos, desde que fundamentadas para posterior avaliação.



Unões Prematuras

- Moçambique é um dos países ao nível mundial com as taxas mais elevadas de prevalência de uniões prematuras, afectando cerca de uma em duas raparigas, representando uma grande violação dos direitos humanos das raparigas.



Repúdio a união prematura



União Prematuras



Dados mundiais

- Moçambique encontra-se em 10º lugar no mundo entre os países mais afectados pelos união prematuros, atendendo os dados relacionados com a proporção de raparigas com idades entre os 20-24 anos que se casaram enquanto crianças, isto é, antes dos 18 anos de idade.

Situação Actual em Moç.

- A maior parte destes casamentos são de facto uniões, mais do que casamentos legalmente registados, mas são usualmente formalizados através de procedimentos costumeiros como o pagamento do lobolo para a família da rapariga.

ISD (2011)

- 48% de raparigas com a idade entre os 20-24 anos casou-se antes dos 18 anos e 14% antes de atingir os 15 anos.



Lembremos que,

- Segundo a Convenção Sobre os Direitos das Crianças (aprovada na 44ª sessão da ONU, 1989 e ratificada pelo Conselho de Ministros, resolução nº 19/90, no BR, I Série, nº 42, 23/10/1990), a criança é definida como todo o ser humano com menos de dezoito anos, excepto se a lei nacional conferir a maioridade mais cedo.
- A mesma definição de criança é subscrita pela Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança (XXVI Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, 1990 e ratificada pelo Conselho de Ministros, resolução nº 20/98, no BR, I Série, nº 21 – 6º Suplemento, de 2/6/1998).



União Prematura



- Assim, porque uma pessoa com idade inferior a 18 anos (criança) não é capaz de dar o seu consentimento válido para se casar, os casamentos em que ambas ou apenas uma das partes é menor de idade, são considerados como uniões forçadas, o vulgarmente chamado **união prematura**.



União prematuro



Tipos de União Prematuras

Após a realização dos ritos (de iniciação), um homem ou a sua família procura a família da menina e aí decide-se qual a quantia, e de que modo deve ser feita a entrega daquela.

Uma mulher está grávida e ela e o seu marido são procurados por um homem que diz: se for menina, essa é minha, começando, logo depois do nascimento a cobrir as despesas que são feitas com a criança

Um homem sabe que há uma menina numa casa e combina o casamento com os pais dela, depois da realização dos ritos (de iniciação), mas cobrindo desde logo as despesas para garantir que a criança lhe será entregue”,



Determinantes da União Prematura



Algumas causas de uniões prematuras





- ❑ Factores socioculturais e económicos:
- ❑ Desigualdades na distribuição de recursos
- ❑ Exclusão dos adolescentes na tomada de decisão pelos adultos



Que direitos estão a ser negados com o uniões prematuras?



❖ Lei da Promoção e Protecção dos Direitos da Criança

-  O direito à educação (artigo 38).
-  O direito a ser protegida contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou abuso, inclusive sexual (artigo 19) e de todas as formas de exploração sexual (artigo 34).
-  O direito a saúde (artigo 12).
-  O direito a liberdade (artigo 22)



Impacto das uniões prematuras

➤ **A criança é afectada psicologicamente**

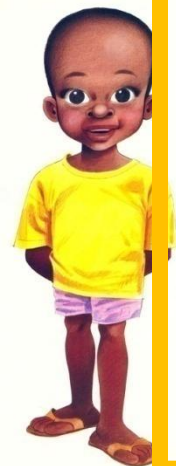
- Uma criança forçada a unir-se a um homem mais velho para viver como sua esposa, arruína a sua infância. Não só perde a liberdade e possibilidades de desenvolvimento pessoal, como também sofre de profundas consequências psicológicas e emocionais;

➤ **A saúde da criança e os seus direitos sexuais e reprodutivos são afectados**

- O seu direito a decidir ter ou não relações sexuais é um dos primeiros a ser negado. O acesso a meios anticoncepcionais é reduzido, gravidez traz enormes riscos para a sua saúde da mãe e da criança;

➤ **Desistência Escolar**

- A negação do direito à educação interfere com o direito das crianças à educação, mas também com o desenvolvimento da sua personalidade, a sua preparação para a idade adulta e as possibilidades e oportunidades de emprego.



O impacto directo das uniões prematuras na saúde

- Surgimento e aumento de casos de fístulas obstétricas, morte materna, abortos e partos prematuros.
- Existe uma forte relação entre a união prematura e a gravidez na adolescência e vice-versa.
- A desnutrição crónica tem como consequência a falta de condições biológicas (idade inferior a 18 anos) e socioeconómicas (baixa renda) das raparigas com gravidez na adolescência.



- **O impacto directo** das uniões prematuras na saúde é o surgimento e aumento de casos de fístulas obstétricas, morte materna-infantil, desnutrição crónica, abortos e partos prematuros. Existe uma forte relação entre a união prematura e a gravidez na adolescência e vice-versa.



Esta na Lei!

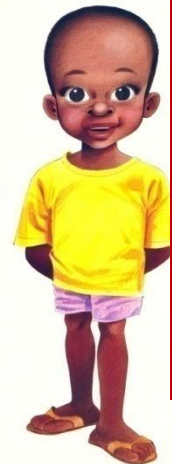
- Todas estas medidas encontram correspondência na legislação nacional, nomeadamente na Constituição da República, na Lei de Bases de Protecção de Menores (Lei nº 7/2008) e no Código Penal, entre outras.
- Por isso, quando em presença de um casamento prematuro, há matéria legal para intervir no sentido de proteger a criança e criminalizar todos os responsáveis envolvidos: i) os pais ou responsável legal que entregou a criança; ii) o adulto que recebeu a criança e a mantém para fins de exploração laboral e sexual.



Medidas para a prevenção do casamento prematuro

Mudanças socioculturais;

- Retenção da rapariga nas escolas;
- Empoderamento económico das raparigas e das mulheres;
- Reforma legal
- Aplicação de leis de prevenção de uniões prematuras.



Medidas para a prevenção união prematura

- Incentivar e melhorar o diálogo entre os jovens, pais e líderes de base sobre o impacto das uniões prematuras;
- Massificar a informação, educação e comunicação sobre sexualidade
- Influenciar para mudanças socioculturais nas comunidades;
- Retenção da rapariga na escola;
- Empoderamento económico das raparigas;
- Aplicação efectiva das leis de prevenção de uniões prematuras.



Importância de manter a rapariga na escola.

ENTÃO, NÃO
ACHAM QUE É
IMPORTANTE A
PERMANÊNCIA DAS
CRIANÇAS NAS
ESCOLAS?





GERAÇÃO
BIZ





República de Moçambique
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

Obrigado!



“
Co
para um Moçambique em
constante desenvolvimento